



Considerações sobre a Educação Primária em Uberaba (1910-1915)

Anelise Martinelli Borges Oliveira

Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Brasil

RESUMO

Este trabalho traz considerações sobre a educação primária em Uberaba no início do século XX. Para tanto, utiliza-se como fonte o principal periódico em circulação da época, o jornal *Lavoura e Comércio*, no que diz respeito à concepção que se tinha de instrução pública, à função da inspeção de ensino, ao papel do professor no processo ensino-aprendizagem e ao comportamento que era esperado do aluno. Os resultados revelam que as informações encontradas no referido periódico vão ao encontro da concepção de educação primária que se tinha em âmbito nacional no início do período republicano. O trabalho insere-se no campo da pesquisa em História da Educação no Brasil e estabelece um diálogo com autores que tratam do tema (ARAÚJO; INÁCIO FILHO, 2005; SCHUELER; MAGALDI, 2009).

PALAVRAS-CHAVE: Educação primária (1910-1915). *Jornal Lavoura e Comércio*. Uberaba.

CONSIDERATIONS ON PRIMARY EDUCATION IN UBERABA (1910-1915)

ABSTRACT

This paper presents considerations about primary education in Uberaba at the beginning of the 20th century. For this purpose, the main newspaper in circulation of the time, the newspaper *Lavoura e Comércio*, is used as a source for the conception of public education, the role of teaching inspection, the role of teachers in the teaching- learning and behavior that was expected of the student. The results show that the information found in the aforementioned period corresponds to the conception of primary education that was national at the beginning of the republican period. The work is part of the research on History of Education in Brazil and establishes a dialogue with authors that deal with the theme (ARAÚJO; INÁCIO FILHO, 2005; SCHUELER; MAGALDI, 2009).

KEYWORDS: Primary education (1910-1915). *Lavoura e Comércio*. Uberaba.

CONSIDERACIONES SOBRE LA EDUCACIÓN PRIMARIA EN UBERABA (1910-1915)

RESUMEN

Este artículo trae consideraciones sobre la educación primaria en Uberaba a principios del siglo XX. Con este fin, la principal revista en circulación en ese momento, el periódico *Lavoura e Comércio*, se utiliza como fuente, en lo que respecta a la concepción de la instrucción pública, la función de la inspección docente, el papel del profesor en el proceso de enseñanza,

aprendizaje y comportamiento que se esperaba del alumno. Los resultados muestran que la información encontrada en la revista está en línea con la concepción de la educación primaria que se tenía a nivel nacional al comienzo del período republicano. El trabajo se inserta en el campo de la investigación en Historia de la Educación en Brasil y establece un diálogo con autores que abordan el tema (ARAÚJO; INÁCIO FILHO, 2005; SCHUELER; MAGALDI, 2009).

PALABRAS CLAVE: Educación primaria (1910-1915). Lavoura e Comércio. Uberaba.

1 INTRODUÇÃO

O fim da Monarquia e a implantação da República trouxeram novas configurações para o Brasil do início do século XX, sobretudo no que diz respeito a um regime político que pudesse representar a modernidade em todos os âmbitos da sociedade.

Na esfera educacional, o discurso de um novo modelo de escolarização, visto como necessário para instruir a população brasileira, ganha espaço a partir de ideias vindas da Europa. Coube “[...] ao novo regime, repensar e esboçar uma escola que atendesse os ideais que propunham construir uma nova nação baseada em pressupostos civilizatórios europeizantes que tinha na escolarização do povo iletrado um de seus pilares de sustentação” (BENCOSTTA, 2005, p. 68). A escola passou a ser idealizada na figura dos chamados grupos escolares, os quais, “[...] apresentados como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, [...] projetavam um futuro, em que na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25).

Segundo Bastos (2005, p. 35), o período foi caracterizado

[...] por uma forte preocupação do Estado com a educação primária. No começo do século, eram quarenta mil alunos; em 1920, atingiam a casa dos cem mil; em 1927, contavam-se duzentos mil. Construíram-se, nessa época, vários edifícios escolares e procurou-se dar nova orientação às escolas mantidas pelo Estado, que em 1930, eram 718; as escolas municipais eram 2131 e as particulares, 1320.

A partir da perspectiva de que as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela introdução de uma nova concepção sobre a escolarização primária – representada, dentre outros, pelos espaços escolares, materiais de ensino e regulações comportamentais do aluno –, o presente trabalho¹ traz considerações acerca da educação primária em Uberaba, tendo como recorte temporal o período de 1910 a 1915. A escolha da periodização se deu em decorrência

¹ Este texto foi apresentado no II Seminário Perspectivas Interdisciplinares na Educação: trajetórias e desafios contemporâneos - INTEREDU 2019, na Universidade de Uberaba, Minas Gerais.

de ser marcada por reformas que visavam implantar projetos político-educativos em consonância com o regime republicano².

Apesar da grande quantidade de reformas educacionais entre a implantação do regime republicano (1889) e o início da chamada Segunda República (1930), os programas políticos eram fragmentados e não apresentavam consistência: “[...] não passavam de tentativas frustradas e, mesmo quando aplicadas representavam o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma vida política nacional de educação” (ROMANELLI, 1991, p. 43).

De modo específico, o presente trabalho procura compreender a concepção que se tinha na época sobre a instrução pública, a função da inspeção de ensino, o papel do professor no processo ensino-aprendizagem e o comportamento que era esperado do aluno. Como fonte documental, é utilizado o jornal *Lavoura e Comércio*, periódico fundado em 1899 pela camada dirigente uberabense e que ficou em circulação até o ano de 2003 (OLIVEIRA, 2017, p. 25). Com relação às notícias vinculadas pelo periódico, é percebido que eram escritas tanto por autores de Uberaba e da região, como também eram transcritas de jornais nacionais, principalmente das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A opção pela pesquisa com periódico ocorreu, pois acredita-se que a imprensa pode resgatar dimensões presentes no âmbito histórico-educacional, uma vez que “[...] sua problematização incide particularmente sobre o campo da escolarização, ora a abordando como fruto da política educacional pública, municipal ou estadual, ora como fruto da iniciativa particular, ou mesmo como reprodutora das relações sociais” (ARAÚJO; INÁCIO FILHO, 2005, p. 177).

Este trabalho se insere no campo da pesquisa em História da Educação e, portanto, busca-se contribuir para a (re)construção de aspectos da historicidade educacional, seja em âmbito local, seja, nacional.

2 METODOLOGIA

As primeiras décadas da República foram marcadas por discussões sobre a função da Educação no desenvolvimento do processo civilizatório proposto pelo novo regime político.

Assim, educadores, intelectuais e políticos brasileiros passaram a buscar soluções para a escolarização pública, uma vez que a falta de instrução de grande parte da população – no início do período republicano, 75% compunham-se de analfabetos – era percebida como um

² Sobre as reformas educacionais na Primeira República (1889-1930), ver: Magalhães (2003) e Nagle (1974).

obstáculo que impedia o país de avançar. Essa preocupação foi noticiada no jornal *Lavoura e Comércio* de 13 de janeiro de 1910: “[...] se o povo tem instrução suficiente, a República progride, vive; se o povo é ignorante, ela retroage e morre”. Mais adiante, o periódico evidencia a diferença semântica entre os termos instrução e educação: “*Instruir* não é completamente *educar*. Para que assim seja, é imprescindível que a instrução seja do corpo e da alma, o mais desta do que daquele” (LAVOURA E COMÉRCIO, 13 jan. 1910, p. 1, grifos do jornal).

De acordo com ele, a instrução constituía um processo mais moroso que a educação, dado que “a verdadeira educação do povo” perpassa o “aprender a ler, escrever e contar” (Idem, *ibidem*), ficando notório que o preceito instrutivo é necessário para a capacitação de cidadãos úteis à República, com ênfase para os cidadãos menos favorecidos economicamente. Apesar do discurso de que a escolarização deveria se estender às camadas mais populares, a realidade se mostrava bem diversa, pois grande parcela da população permanecia desprovida de escolarização.

Assim, os adeptos do regime republicano – intelectuais, militares e políticos em geral – percebiam na educação uma eficaz ferramenta na transmissão do civismo e do patriotismo a crianças e jovens cidadãos. A escola, portanto, era concebida como o espaço ideal na difusão de valores disciplinadores e nacionalistas. Procurava-se “[...] debelar o analfabetismo e difundir a escola primária, transformada num dos grandes problemas nacionais. Há uma preocupação cada vez maior com a promoção da Língua Pátria, com o avivamento e a desmistificação da História e da Geografia do Brasil” (NAGLE, 1990, p. 262).

No campo educacional, as autoridades de ensino defendiam um modelo de escolarização com sequência metódica e sistemática do ensino, a partir da criação de novos espaços escolares, materiais pedagógicos, racionalização do tempo e higienização do corpo, como pode ser percebido no trecho a seguir: “As matérias do ensino constituem a base da educação popular; está nelas a questão principal, a par do horário, do método, das habilitações pedagógicas, da fiscalização, do material e da higiene escolar” (LAVOURA E COMÉRCIO, 16 jan. 1910, p. 2).

O espaço escolar ia adquirindo novas conotações, com subdivisões como o gabinete do diretor, a sala dos professores, o pátio, os sanitários, o ginásio, as salas de aula divididas por sexo. Os materiais utilizados nesse novo espaço refletiam uma inédita forma de conceber a escolarização primária. Livros de escrituração escolar, boletins, armários, relógios de parede, cadernos de caligrafia, livros de chamada, estojos, mapas geográficos, bacias, lavatórios e escarradeiras: a escola não ficava restrita às funções de ensino, uma vez que se fazia importante disseminar, nos alunos, certos hábitos e costumes considerados fundamentais na sociedade do

início do século XX.

Nas palavras de Pinto (2012, p. 326):

Educar significava moralizar o povo, inculcar-lhe hábitos saudáveis como o amor ao trabalho, à higiene, a Deus e à pátria, retirá-lo da ignorância que levava ao crime e à doença, instruí-lo, enfim, para que pudesse participar da forja da nação moderna e progressista que habitava a imaginação sociológica brasileira.

Em Uberaba, a escola primária também assumia funções para além da aquisição dos conteúdos curriculares pelo aluno, pois também era responsável pela formação do seu carácter, pelo desenvolvimento de virtudes morais e pela regulação de sua conduta:

Além da leitura, da escrita e do cálculo [...] em toda escola devem ser ministrados os princípios da Moral [...] Ensinar desde cedo quais são os nossos deveres para com os pais, os irmãos, os homens, as autoridades ou a sociedade em geral; o exercício das virtudes; o afastamento dos vícios; o horror à calúnia, à intriga, à mentira, à inveja e outras baixezas; a caridade, a benevolência, a sinceridade... tudo isto são ensinamentos que se devem ministrar nos alunos, em leituras explicadas ao alcance das inteligências infantis” (LAVOURA E COMÉRCIO, 16 jan. 1910, p. 1).

O trecho anterior deixa entender que informações e mensagens de cunho moralizante e cívico eram propagadas para além da esfera escolar, como também observam Schueler; Magaldi, 2009, p. 45: “Esse viés civilizador se dirigia a um público interno à escola, constituído basicamente por alunos e famílias, estendendo-se ainda para fora dos muros escolares, de modo a atingir a sociedade”.

Desse modo, o aproveitamento escolar do aluno estava diretamente associado ao aperfeiçoamento de sua educação intelectual, física e moral, conforme se verifica no trecho escrito por Honório Guimarães, professor da região do Triângulo Mineiro que também ocupou cargos na esfera educacional, como gestão de escolas e inspetoria regional de ensino³:

A criança necessita de uma educação bem dirigida, bem orientada, porque desta depende a formação de seu carácter no cultivo do coração e da inteligência. Como a fantasia necessita de cuidados, a criança não dispensa os incalculáveis desvelos de pais e mestres. A esses dois agentes poderosos da constituição do carácter das crianças, cabe o dever intransferível de velar pelo seu futuro que é o futuro da pátria. (LAVOURA E COMÉRCIO, 10 set. 1913, p. 1).

O fragmento do jornal *Lavoura e Comércio* mostra que o educando se encontrava em constante vigilância. Para que ele adquirisse certas atitudes, era necessária a inculcação de pais

³ Sobre o professor Honório Guimarães, ver Carvalho (2007).

e professores na transmissão de um conjunto de princípios como o sentimento de amor, o dever à família e o dever à pátria.

No espaço escolar, o aluno deveria se apropriar de práticas que estivessem em consonância com as normas do sistema educacional vigente, no sentido de seguir padrões de comportamento considerados civilizados, como sugere o trecho do periódico a seguir ao tratar da disciplina:

Na escola, tão indispensável é a disciplina como o bom ensino. A disciplina é indispensável, não só porque acostuma as crianças à divisão racional e proveitosa do tempo, mas ainda porque os discentes, subordinados à boa ordem, podem aprender o dobro num prazo dado (LAVOURA E COMÉRCIO, 05 jun. 1914, p. 1).

Nota-se que a sistematização do comportamento infantil se vinculava a um rendimento escolar satisfatório. O corpo era submetido a uma série de padrões considerados dignos e legítimos de serem apropriados, conforme observa Rosa Fátima Souza ao pesquisar a escola primária no estado de São Paulo: “[...] ordem, limpeza e disciplina são componentes primordiais para uma boa organização escolar, fazem parte de um conjunto de dispositivos de contenção dos gestos, dos instintos, das emoções” (SOUZA, 1998, p. 143).

O jornal continua, agora, dando ênfase ao papel do docente na escolarização do aluno: “O professor, além de exercer a função de instruir, é também governador e administrador da escola. Quem não sabe ensinar e governar, ao mesmo tempo, exerce o magistério com grande desvantagem” (LAVOURA E COMÉRCIO, 05 jun. 1914, p. 1). De acordo com o trecho, um bom professor deveria ter autoridade sobre os seus alunos, mantendo sob controle as ações deles, para que não se descumprissem as normatizações impostas.

Nesse sentido, o controle do trabalho docente era realizado por autoridades como a direção e a inspeção escolar. Os inspetores de ensino faziam visitas periódicas às instituições escolares, fiscalizando o cumprimento do programa pensado para as escolas primárias: “Controle, fiscalização e até punição, sempre estiveram atrelados, ao longo da história educacional, à inspeção escolar, especialmente se tratando da nacionalização” (RIBEIRO, 2012, p. 60.).

O periódico *Lavoura e Comércio* noticia a presença de um inspetor de ensino em Uberaba:

Durante 10 dias estive em nosso meio o ilustre inspetor regional desta circunscrição, Exmo. Sr. Cel. Alberto da Costa Mattos que, com o seu trato lhano e afável, captou grandes simpatias neste município, inspecionou todas as escolas, seguindo para Monte Alegre no desempenho de sua árdua missão (LAVOURA E COMÉRCIO, 27 mar. 1913, p. 2).

Conforme se verifica no trecho anterior, o inspetor em questão atuava na esfera regional, realizando supervisões nas cidades da região de Uberaba. No Brasil, o cargo de inspetor de ensino também atuava nas esferas municipais e estaduais.

Na cidade de Uberaba, o cargo foi criado no ano de 1912, como se observa na notícia a seguir:

[...] cria o lugar de inspetor escolar do município, que será pessoa de confiança do agente executivo, por quem será nomeado e conservado no cargo enquanto bem servir. A esse funcionário compete apresentar à câmara [municipal] relatórios das escolas visitadas, dando conta do desenvolvimento do ensino, sugerindo medidas para o melhoramento das condições das mesmas e informando sob a capacidade moral e intelectual de cada um dos professores. As visitas deverão ser feitas duas vezes pelo menos por ano em cada escola, demorando-se em todas o tempo suficiente para bem julgá-las (LAVOURA E COMÉRCIO, 09 mai. 1912, p. 1).

O trecho deixa evidente que tal cargo era político, uma vez que seria ocupado por alguém de confiança do prefeito. O inspetor a ser nomeado deveria prestar contas à Câmara Municipal uberabense, fazendo relatórios que contivessem informações sobre as escolas visitadas, no que diz respeito à infraestrutura, aos materiais pedagógicos e ao desempenho dos professores. À inspeção cabia relatar as condições materiais da escola e conhecer a didática utilizada pelo docente, exercendo, dessa forma, fiscalização sobre todas as atividades desenvolvidas no espaço escolar. Ainda segundo a mesma notícia, além da remuneração mensal, o inspetor municipal teria gratificação de cinco diárias de hotel, caso precisasse realizar inspeção nas cidades da região.

Assim, a nova modalidade escolar desenvolvida no início da República se desenvolvia com o intuito de criar um sistema nacional de educação ainda inédito, em que questões sobre a renovação do ensino e o papel do Estado na difusão da escolarização primária constituíam temas centrais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das notícias vinculadas no jornal Lavoura e Comércio entre os anos de 1910 e 1915, no que diz respeito à educação primária em Uberaba, revela a construção de um novo modelo escolar baseado na difusão de ideais patrióticos e valores morais. Com relação ao educando, esperava-se dele a inculcação de práticas condizentes com a prescrição imposta, por meio de uma formação intelectual, física e moral específicas. Ao professor, cabia a constante

vigilância de seus alunos, aliada ao cultivo de sua autoridade em sala de aula. O docente, por sua vez, era submetido ao controle das autoridades escolares – especialmente do diretor da escola e do inspetor de ensino –, os quais fiscalizavam suas ações pedagógicas.

Os resultados ainda revelam que as informações encontradas no referido periódico vão ao encontro da concepção de educação primária que se tinha em âmbito nacional no início do período republicano, ao estabelecer um diálogo com diferentes autores que abordam temáticas referentes à educação primária no mesmo período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chamada Primeira República (1889-1930) trouxe discussões acerca de um tipo de escolarização primária que deveria ser moderna e que representasse a ordem e o progresso, diferente daquela existente no Império. Para tanto, espaços específicos para a promoção do ensino foram construídos, e, junto a eles, modernos métodos pedagógicos, mobiliário, cargos educacionais e professores mais qualificados surgiam com o objetivo de apresentar um novo tipo de educação.

Uberaba, como uma das principais cidades da região do Brasil Central na época, não passava alheia às mudanças pelas quais a educação primária era palco, e seu principal jornal, o *Lavoura e Comércio*, noticiava os acontecimentos considerados importantes na área educacional – em âmbito internacional, nacional e local.

Inserido no campo da História da Educação, o presente trabalho se faz relevante na medida em que traz contribuições sobre a escolarização primária no início do século XX. Apesar de se debruçar sobre um caso específico, o uberabense, percebe-se a importância do estudo no sentido de compreender a perspectiva que se tinha acerca das práticas escolares e dos processos educativos que vigoravam no Brasil.

Para além de um trabalho que se limita apenas a descrever as informações encontradas, este texto procurou, também, interpretar os fatos educacionais dentro de movimentos políticos e sociais mais amplos, situando tais informações dentro do contexto em que foram produzidas.

Tendo em vista a importância de compreender o passado para repensar e entender o presente, a pesquisa não se findará com este trabalho; pretende-se dar continuidade à compreensão do processo de escolarização em Uberaba no século XX por meio de notícias publicadas no jornal *Lavoura e Comércio*.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Carlos Souza Araújo; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2005.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. *A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva, 2005.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2005.
- CARVALHO, Carlos Henrique. *República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães*. Uberlândia, EDUFU, 2007.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.14, p.19-34, maio/jun./jul./ago.2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03>. Acesso em: 16 out. 2018.
- MAGALHÃES, Livia Rocha. *A educação na Primeira República*. Bahia: UESB, 2003.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Epu; Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1974.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, Tomo III.
- OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges. *Leituras, valores e comportamentos: práticas escolares no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG*. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista - Unesp, Marília, 2017.
- PINTO, Rubia-Mar Nunes. Escola primária em Goiás na Primeira República: tensões e distensões de um “jogo de empurra”. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima; PINTO, Rubia-Mar Nunes. *Escola primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012.
- RIBEIRO, Ester Rosa. *Políticas públicas nacionais em educação entre 1930-1945: a inspetoria municipal de educação de Rio Grande, RS*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2012.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo [on-line]*, Rio de Janeiro, v.13, n. 26, pp.32-55, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

Fontes Documentais

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG. Edição do ano de 1910: 13 jan., 16 jan. (Arquivo Público de Uberaba).

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, MG. Edição do ano de 1912, 09 maio. (Arquivo Público de Uberaba).

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba/MG. Edição do ano de 1913. 27 mar., 10 set. (Arquivo Público de Uberaba).

JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO. Uberaba, MG. Edição do ano de 1914: 05 jun. (Arquivo Público de Uberaba).

SOBRE A AUTORA

Anelise Martinelli Borges Oliveira é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus Marília, com Mestrado em História pela UNESP - Campus Franca e Graduação em História pela UNESP - Campus Franca.

E-mail: anelise.oliveira@uftm.edu.br

*Recebido em 17 de outubro de 2019.
Aprovado em 05 de novembro de 2019.
Publicado em 20 de dezembro de 2019.*